STABLEX — Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais (LGPD)

1. Quem somos e a quem esta política se aplica

1.1. Esta Política de Privacidade explica como a STABLEX trata dados pessoais de clientes, representantes, beneficiários finais, visitantes do site e pessoas atendidas pelos seus canais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Controlador

1.2. O controlador dos dados pessoais é a ARX Intermediações Ltda, nome fantasia Arx Develop, inscrita no CNPJ sob o nº 67.004.584/0001-44, com sede em [endereço completo da sede], que opera o serviço de intermediação de ativos virtuais sob a marca STABLEX, por meio do site stablexapp.com e dos canais de atendimento indicados nesta Política ("STABLEX", "nós").

1.3. A STABLEX atua como prestadora de serviços de ativos virtuais, sujeita à Lei nº 14.478/2022 e às Resoluções BCB nº 519, 520 e 521/2025. Por isso, parte relevante do tratamento de dados descrito aqui decorre de obrigações legais e regulatórias de identificação de clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT) e reporte fiscal, e não de escolha da empresa.

Encarregado pelo tratamento de dados

1.4. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais (art. 41 da LGPD) é [nome do encarregado], que pode ser contatado pelo e-mail [privacidade@stablexapp.com]. O encarregado recebe reclamações e pedidos dos titulares, presta esclarecimentos, interage com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e orienta a equipe sobre boas práticas de proteção de dados.

1.5. Pedidos gerais sobre operações devem ser feitos pelo atendimento: [e-mail de suporte] ou WhatsApp [número]. Pedidos sobre dados pessoais devem ser enviados preferencialmente ao canal do encarregado.

A quem esta Política se aplica

1.6. Esta Política se aplica ao tratamento de dados pessoais das seguintes pessoas ("titulares"):

- a) clientes pessoas físicas que compram USDT por meio da STABLEX e, quando a funcionalidade for disponibilizada, vendem USDT à STABLEX;

- b) representantes legais, administradores, procuradores e sócios de clientes pessoas jurídicas;
- c) beneficiários finais de clientes pessoas jurídicas, assim entendidas as pessoas naturais que detêm, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 25% ou exercem controle;
- d) pessoas que iniciam cadastro, solicitam cotação ou entram em contato sem concluir uma operação;
- e) visitantes do site stablexapp.com;
- f) pessoas atendidas pelo WhatsApp e pelos demais canais de atendimento;
- g) terceiros cujos dados nos são informados pelo cliente, como o titular de carteira de destino diferente do próprio cliente ou o titular de conta de onde partiu um Pix recebido.

1.7. Esta Política não se aplica a dados tratados pela Zafy Shop, marketplace do mesmo grupo, que terá política própria, nem a dados tratados por parceiros white label em seus próprios canais, que respondem como controladores pelos dados que coletam por conta própria. Quando um parceiro white label utilizar a infraestrutura STABLEX, os papéis de cada parte (controlador, controlador conjunto ou operador) serão definidos em contrato específico e informados ao titular.

Relação com os Termos de Uso

1.8. Esta Política integra os Termos de Uso e o Contrato de Intermediação da STABLEX. Em caso de conflito entre esses documentos sobre o tratamento de dados pessoais, prevalece esta Política, sem prejuízo das obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

1.9. A STABLEX não exige consentimento para tratar dados quando houver outra base legal aplicável, como o cumprimento de obrigação legal ou a execução do contrato. Ler e aceitar esta Política significa que o titular foi informado sobre o tratamento; não significa que todo o tratamento se apoia em consentimento.

1.10. Termos como "dado pessoal", "dado pessoal sensível", "tratamento", "controlador", "operador" e "anonimização" têm o significado previsto no art. 5º da LGPD.

2. Dados que tratamos, para quê e com qual base legal

2.1. A STABLEX trata apenas os dados necessários para prestar o serviço, cumprir suas obrigações legais e regulatórias e proteger o titular e a própria operação contra fraudes (princípios da finalidade, adequação e necessidade, art. 6º da LGPD). Os dados são coletados diretamente do titular, gerados durante a operação ou obtidos de fontes públicas e de terceiros autorizados, conforme a tabela abaixo.

2.2. Alguns dados são tratados desde já; outros serão tratados à medida que os procedimentos de identificação e monitoramento forem implantados (por exemplo, a verificação biométrica por provedor de KYC). A coleta de cada categoria depende do nível de cadastro e do tipo de cliente.

Categoria de dado	Exemplos	Finalidade	Base legal
Dados cadastrais e de contato	Nome, CPF, telefone, e-mail, endereço, data de nascimento, nacionalidade, profissão	Identificar o cliente, abrir e manter o cadastro, comunicar-se sobre operações	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II); execução de contrato (art. 7º, V)
Documentos de identificação	Imagem de documento oficial com foto (RG, CNH, passaporte, RNM)	Verificar a identidade do cliente (KYC), conforme o nível de cadastro	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)
Dado sensível: biometria facial	Selfie, mapa biométrico facial, resultado da prova de vida, obtidos por provedor de KYC	Confirmar que o documento pertence a quem está se cadastrando e impedir uso de identidade de terceiros	Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular em processos de identificação (art. 11, II, "g"); cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 11, II, "a")
Dados financeiros e patrimoniais	Comprovante de residência, comprovante de renda ou patrimônio, faturamento, declaração de origem dos recursos	Definir nível e limite do cadastro, avaliar compatibilidade das operações com o perfil, diligência reforçada	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)
Dados de pessoa jurídica e de seus sócios	Contrato social, cartão CNPJ, quadro de sócios e administradores (QSA), beneficiários finais, documentos dos administradores e procuradores	Realizar o KYB e identificar o beneficiário final	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II); execução de contrato (art. 7º, V)

Categoria de dado	Exemplos	Finalidade	Base legal
Dados da operação	Código da operação, valor em reais, cotação, spread, quantidade de USDT, carteira e rede de destino, TxID do Pix, conta de origem do Pix, hash on-chain, atendente e aprovador, data e horários, totais acumulados por cliente	Executar a compra (e, quando disponível, a venda) de USDT, comprovar a entrega, controlar limites, prestar contas ao cliente	Execução de contrato (art. 7º, V); cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)
Análise on-chain da carteira	Pontuação de risco do endereço, exposição a serviços ilícitos, mixers ou endereços sancionados, identificação de autocustódia	Avaliar o risco da carteira de destino ou de origem, cumprir a Res. BCB 520 e a Res. BCB 591/2026	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II); legítimo interesse na prevenção à fraude (art. 7º, IX)
Consultas a bureaus e listas restritivas	Situação cadastral do CPF/CNPJ, condição de pessoa exposta politicamente (PEP), listas do CSNU, OFAC, União Europeia e listas internas, notícias desabonadoras	Verificar identidade, identificar PEP e pessoas sancionadas, cumprir a Lei 13.810/2019	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II); proteção do crédito e prevenção à fraude, quando aplicável (art. 7º, X e IX)
Dados de monitoramento PLD/FT	Classificação de risco do cliente, alertas, análises de operações atípicas, Termos de Ciência de Risco	Monitorar, selecionar e analisar operações e comunicar ao Coaf quando cabível (Lei 9.613/1998)	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)

Categoria de dado	Exemplos	Finalidade	Base legal
Comunicações de atendimento	Conversas de WhatsApp, e-mails, anexos enviados, gravações de atendimento quando houver	Atender o cliente, registrar pedidos e instruções, comprovar o que foi contratado, resolver reclamações	Execução de contrato (art. 7º, V); exercício regular de direitos (art. 7º, VI); cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)
Dados de acesso e dispositivo	Endereço IP, porta lógica, data e hora de acesso, identificadores de dispositivo, navegador, logs do sistema e do checkout	Segurança, prevenção à fraude, guarda de registros de acesso (Marco Civil), registro de aceite eletrônico	Cumprimento de obrigação legal (art. 7º, II, c/c art. 15 da Lei 12.965/2014); legítimo interesse (art. 7º, IX)
Dados fiscais	Dados de identificação e valores das operações para a DeCripto	Reporte à Receita Federal (IN RFB 2.291/2025) e obrigações contábeis	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)
Dados para defesa de direitos	Registros de operações, comunicações e aceites	Defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais	Exercício regular de direitos (art. 7º, VI, e art. 11, II, "d")
Marketing	Nome, e-mail, telefone, preferências de comunicação	Envio de novidades, conteúdos e ofertas	Consentimento (art. 7º, I), revogável a qualquer tempo

Dado pessoal sensível: biometria facial

2.3. A biometria facial é dado pessoal sensível (art. 5º, II, da LGPD). A STABLEX a utiliza exclusivamente para verificar a identidade do titular e a autenticidade do cadastro, com prova de vida, por meio de provedor de KYC contratado, que atua como operador. A biometria não é usada para marketing, perfilamento comercial ou qualquer outra finalidade.

2.4. A STABLEX adota medidas reforçadas para esse dado: acesso restrito a pessoas autorizadas, criptografia em trânsito e em repouso, contrato com o provedor de KYC que proíbe uso para finalidade própria e prevê exclusão ao fim do prazo de guarda, e registro de cada acesso. Sempre que possível, a STABLEX armazena o resultado da verificação em vez do mapa biométrico.

Dados obrigatórios e consequências da recusa

2.5. Os dados exigidos por lei ou regulamentação são condição para a prestação do serviço. Se o titular não os fornecer, a STABLEX não poderá cadastrá-lo, elevar seu nível de cadastro ou executar a operação. A recusa em fornecer dados para marketing não afeta o serviço.

Legítimo interesse

2.6. Quando a base legal for o legítimo interesse, a STABLEX avalia previamente se o tratamento é necessário, se respeita as expectativas legítimas do titular e se há medidas de transparência e segurança adequadas, e mantém registro dessa avaliação, que poderá ser apresentada à ANPD (art. 10 da LGPD).

Dados de terceiros

2.7. Quando o cliente informar dados de outra pessoa (por exemplo, o titular de uma carteira de destino de terceiro), o cliente declara que tem autorização para fornecê-los e que informou essa pessoa sobre esta Política.

3. Compartilhamento, transferência internacional e retenção

Com quem compartilhamos

3.1. A STABLEX não vende dados pessoais. Compartilha dados apenas na medida necessária para as finalidades descritas na seção 2, com as seguintes categorias de destinatários:

- a) provedores de verificação de identidade (KYC/KYB), que recebem documentos, selfie e dados cadastrais para validar a identidade e realizar a prova de vida;
- b) bancos e instituições de pagamento, que processam os Pix recebidos e as devoluções e mantêm a conta de liquidação segregada;
- c) mesas OTC e fornecedores de liquidez, quando necessário para a aquisição do USDT ou para atender exigências de PLD/FT desses fornecedores;
- d) ferramentas de análise on-chain, que recebem endereços de carteira e hashes de transação para avaliação de risco;

- e) bureaus de informação e provedores de listas de sanções e PEP;
- f) provedores de nuvem, hospedagem, banco de dados, e-mail e segurança da informação;
- g) WhatsApp (Meta Platforms), pelo qual ocorre o atendimento; o uso do WhatsApp também está sujeito às políticas da própria plataforma;
- h) contabilidade, auditoria independente e assessoria jurídica, sob dever de confidencialidade;
- i) outras prestadoras de serviços de ativos virtuais, quando a transferência de ativos tiver origem ou destino nelas, para troca de informações de remetente e beneficiário exigida pela regulamentação ("travel rule");
- j) autoridades públicas, quando houver obrigação legal ou ordem competente, entre elas o Banco Central do Brasil, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal (inclusive pela DeCripto), o Poder Judiciário, o Ministério Público, autoridades policiais e a ANPD;
- k) parceiros white label, apenas quanto aos dados de clientes atendidos por meio da respectiva marca, nos limites do contrato entre as partes;
- l) eventual adquirente ou sucessor, em operações societárias, observada esta Política.

3.2. Os operadores contratados pela STABLEX tratam os dados apenas conforme suas instruções, sob contrato com cláusulas de confidencialidade, segurança e proteção de dados.

Dados registrados em blockchain

3.3. As transações de USDT são registradas em blockchains públicas (Tron, Ethereum, BNB Chain e Solana). O endereço da carteira, o valor e o hash da transação ficam visíveis a qualquer pessoa, de forma permanente. A STABLEX não controla essas redes e não pode alterar ou apagar esses registros. Os pedidos de eliminação se aplicam aos dados mantidos pela STABLEX em seus sistemas, não ao registro público em blockchain.

3.4. A STABLEX não publica a associação entre o endereço de carteira e a identidade do cliente. Essa associação é mantida em seus sistemas e compartilhada apenas nas hipóteses do item 3.1.

Transferência internacional

3.5. Alguns destinatários, como provedores de nuvem, de KYC, de análise on-chain, de listas de sanções e o WhatsApp, podem armazenar ou tratar dados fora do Brasil. Nesses casos, a transferência internacional ocorre com base no art. 33 da LGPD, em especial: (i) cláusulas-padrão contratuais aprovadas pela ANPD; (ii) países ou organismos com nível de proteção adequado reconhecido pela ANPD; (iii) quando necessária para a execução de

contrato a pedido do titular; ou (iv) quando necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória. A lista de países onde estão os principais operadores será informada ao titular mediante solicitação: [países dos provedores].

Por quanto tempo guardamos

3.6. Os dados são mantidos pelo tempo necessário para cumprir as finalidades e as obrigações legais. Quando mais de um prazo se aplicar ao mesmo dado, prevalece o maior. Os prazos de PLD/FT contam a partir do encerramento do relacionamento ou da conclusão da operação, o que ocorrer por último.

Categoria	Prazo mínimo de guarda	Fundamento
Cadastro, documentos de identificação, biometria (ou resultado da verificação), KYB, declarações de origem de recursos	10 anos após o encerramento do relacionamento	Lei 9.613/1998 e Res. BCB 520/2025 (PLD/FT)
Registros de operações, análises on-chain, alertas, Termos de Ciência de Risco e dossiês de monitoramento	10 anos após a operação	Lei 9.613/1998 e Res. BCB 520/2025 (PLD/FT)
Comunicações de atendimento relacionadas a operações	10 anos após a operação	PLD/FT; exercício regular de direitos
Documentos fiscais e contábeis	5 anos, ou o prazo de PLD/FT quando o mesmo dado estiver sujeito a ambos	Legislação tributária; IN RFB 2.291/2025
Registros de acesso a aplicações (IP, data e hora)	6 meses, ou mais se integrarem registro de operação ou houver requisição de autoridade	Art. 15 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil)
Cadastros iniciados e não concluídos	[12 meses], salvo se houver alerta de PLD/FT	Legítimo interesse; prevenção à fraude
Dados para marketing	Até a revogação do consentimento	Consentimento
Dados envolvidos em disputa judicial ou administrativa	Até o fim do processo e do prazo prescricional aplicável	Exercício regular de direitos

3.7. Ao fim do prazo, os dados são eliminados ou anonimizados de forma segura, salvo nas hipóteses de conservação do art. 16 da LGPD.

4. Direitos do titular, segurança e incidentes

Direitos do titular

4.1. Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular pode solicitar à STABLEX, a qualquer momento:

- a) confirmação da existência de tratamento;
- b) acesso aos dados;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- e) portabilidade dos dados a outro fornecedor, observada a regulamentação da ANPD e os segredos comercial e industrial;
- f) eliminação dos dados tratados com base no consentimento, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD;
- g) informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais a STABLEX compartilhou dados;
- h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências;
- i) revogação do consentimento;
- j) oposição a tratamento realizado com base em outra hipótese legal, em caso de descumprimento da LGPD;
- k) revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado (art. 20).

Como exercer

4.2. Os pedidos devem ser enviados ao encarregado pelo e-mail [privacidade@stablexapp.com], ou pelo atendimento ([e-mail de suporte] / WhatsApp [número]), que os encaminhará ao encarregado. Para proteger o titular, a STABLEX confirmará sua identidade antes de atender o pedido e poderá solicitar informações adicionais para esse fim.

4.3. A STABLEX responderá aos pedidos de confirmação de existência ou de acesso em até [15 (quinze) dias] contados do requerimento, por declaração clara e completa (art. 19, II, da LGPD), e aos demais pedidos no menor prazo possível, informando as providências

adotadas ou os motivos que impedem o atendimento imediato. O atendimento é gratuito.

Limitações aos direitos

4.4. Alguns pedidos não poderão ser atendidos integralmente:

- a) Eliminação e oposição: dados que a STABLEX deve manter por obrigação legal ou regulatória (por exemplo, cadastro e registros de operações por 10 anos para fins de PLD/FT) serão conservados até o fim do prazo aplicável, ainda que o titular solicite a eliminação ou encerre o relacionamento. Nesse período, ficam com acesso restrito e são usados apenas para a finalidade que justifica a guarda.
- b) Sigilo das comunicações ao Coaf: por força do art. 11, II, da Lei 9.613/1998, a STABLEX não pode dar ciência a nenhuma pessoa, inclusive ao próprio titular, de que suas operações foram analisadas, consideradas suspeitas ou comunicadas ao Coaf. Por isso, a resposta a pedidos de acesso ou de informação sobre compartilhamento não incluirá informações sobre análises, alertas ou comunicações de PLD/FT.
- c) Sigilo legal e ordens de autoridades: informações protegidas por sigilo bancário, fiscal, judicial ou por determinação de autoridade não serão reveladas.
- d) Segredo comercial e industrial: critérios detalhados de modelos de risco e de prevenção à fraude poderão ser informados de forma geral, para não comprometer sua eficácia.
- e) Blockchain: registros em blockchain pública não podem ser alterados ou apagados (item 3.3).

Decisões automatizadas

4.5. A STABLEX pode usar ferramentas automatizadas para apoiar decisões, como: cálculo de pontuação (score) de risco do cliente e da carteira; verificação automática de identidade e prova de vida; cruzamento com listas de sanções e PEP; e alertas de operações acima do limite do nível de cadastro ou com padrão atípico. Essas ferramentas podem resultar em pedido de documentos adicionais, redução de limite, retenção ou recusa de operação.

4.6. O titular pode solicitar a revisão de decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete seus interesses e receber informações claras sobre os critérios e procedimentos utilizados (art. 20 da LGPD), respeitados o segredo comercial e o sigilo previsto no item 4.4, "b". Decisões de recusa de cadastro de nível 3, de encerramento de relacionamento e de comunicação ao Coaf são tomadas com análise humana.

Segurança da informação

4.7. A STABLEX adota medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas (art. 46 da LGPD), entre elas:

- a) controle de acesso por perfil, com segregação de funções entre atendente e supervisor aprovador;
- b) autenticação de múltiplos fatores para acesso aos sistemas internos;
- c) criptografia de dados em trânsito e, para dados sensíveis e documentos, em repouso;
- d) registro (log) de acessos e alterações nos sistemas;
- e) cópias de segurança e plano de continuidade;
- f) contratos com operadores contendo obrigações de segurança e confidencialidade;
- g) treinamento periódico da equipe e termo de confidencialidade;
- h) política de segurança cibernética e gestão de vulnerabilidades, conforme a regulamentação do Banco Central aplicável.

4.8. Nenhum sistema é totalmente imune a incidentes. O titular também deve proteger seus dados: a STABLEX nunca pede senhas, frases de recuperação (seed phrase) ou chaves privadas de carteiras, e só se comunica pelos canais oficiais indicados nesta Política.

Incidentes de segurança

4.9. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a STABLEX: (i) adotará medidas imediatas de contenção e mitigação; (ii) comunicará a ANPD e os titulares afetados no prazo previsto na regulamentação da ANPD (atualmente, 3 dias úteis contados do conhecimento de que o incidente afetou dados pessoais), informando a natureza dos dados afetados, os titulares envolvidos, os riscos, as medidas adotadas e as recomendações aos titulares (art. 48 da LGPD); (iii) comunicará o Banco Central do Brasil quando exigido pela regulamentação aplicável; e (iv) manterá registro do incidente.

4.10. O titular que suspeitar de uso indevido de seus dados ou de contato fraudulento em nome da STABLEX deve avisar imediatamente o encarregado.

5. Cookies, menores, alterações e contato

Cookies e tecnologias semelhantes

5.1. O site stablexapp.com e as páginas de checkout usam cookies e tecnologias semelhantes (como armazenamento local e pixels), que são pequenos arquivos ou registros gravados no navegador do visitante. A STABLEX utiliza as seguintes categorias:

Categoria	Para que serve	Base legal	Pode ser desativado?
Estritamente necessários	Funcionamento do site e do link de checkout, controle de sessão e da validade da cotação, segurança e prevenção à fraude, registro de preferências de cookies	Execução de contrato; legítimo interesse	Não, sem prejudicar o funcionamento do serviço
Desempenho e análise	Medir visitas, páginas acessadas e erros, de forma agregada, para melhorar o site	Consentimento	Sim
Funcionais	Lembrar escolhas do visitante, como idioma	Consentimento	Sim
Publicidade e marketing	Medir campanhas e exibir anúncios relevantes, inclusive em plataformas de terceiros	Consentimento	Sim

5.2. No primeiro acesso, o visitante pode aceitar, recusar ou configurar os cookies não necessários no aviso de cookies. A escolha pode ser alterada a qualquer momento em [link "Preferências de cookies" no rodapé do site] ou nas configurações do navegador. A lista atualizada de cookies, com nome, fornecedor e prazo de expiração, está disponível em [link da tabela de cookies].

Menores de idade

5.3. A STABLEX não presta serviços a menores de 18 anos. O cadastro exige maioridade civil, verificada pelo documento de identificação. Se a STABLEX identificar que dados de menor foram fornecidos, recusará ou encerrará o cadastro e eliminará os dados, salvo

aqueles que precise manter por obrigação legal ou para prevenção à fraude. Pais ou responsáveis que identificarem esse uso podem contatar o encarregado.

Alterações desta Política

5.4. A STABLEX pode alterar esta Política para refletir mudanças legais, regulatórias, tecnológicas ou no serviço, como a disponibilização da venda de USDT ou a adoção de novos provedores. A versão vigente estará sempre disponível no site, com a data da última atualização.

5.5. Alterações relevantes, como nova finalidade, nova categoria de dado ou nova categoria de destinatário, serão comunicadas aos clientes com antecedência mínima de [15 dias] por e-mail, WhatsApp ou aviso no site. Quando a alteração depender de consentimento, ele será solicitado novamente.

Contato e reclamações

5.6. Dúvidas, pedidos e reclamações sobre esta Política ou sobre o tratamento de dados pessoais devem ser enviados ao encarregado:

- Encarregado: [nome do encarregado]
- E-mail: [privacidade@stablexapp.com]
- Endereço para correspondência: ARX Intermediações Ltda, [endereço completo da sede]
- Atendimento geral: [e-mail de suporte] / WhatsApp [número]

5.7. O titular também pode apresentar petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pelos canais oficiais disponibilizados em gov.br/anpd, preferencialmente após ter procurado a STABLEX, e recorrer aos órgãos de defesa do consumidor, quando aplicável.

Lei aplicável e foro

5.8. Esta Política é regida pela legislação brasileira. Fica eleito o foro da comarca de [cidade/UF da sede], ressalvado ao titular consumidor pessoa física o direito de propor ação no foro de seu domicílio (Lei 8.078/1990).

Vigência

Versão [1.0] — [data]